

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África

Paulo César Maia de Castro

**ACONTECEU EM UMA ESCOLA DA ZONA OESTE DO RIO
DE JANEIRO:**

Motivações e discursos contra as cotas raciais e o Dia da
Consciência Negra

Rio de Janeiro
2020



Paulo César Maia de Castro

ACONTECEU EM UMA ESCOLA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO:
Motivações e discursos contra as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da África, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História da África.

Orientador Dr. Rafael Lima Alves de Souza

Rio de Janeiro

2020

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C355 Castro, Paulo César Maia de

Aconteceu em uma escola da zona oeste do Rio de Janeiro: motivações e discursos contra as cotas raciais e o dia da Consciência Negra / Paulo César Maia de Castro. - Rio de Janeiro, 2020.

49 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Rafael Lima Alves de Souza.

1. História da África – Estudo e ensino. 2. Racismo. 3. Redes sociais online. I. Souza, Rafael Lima Alves de. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 960

Paulo César Maia de Castro

ACONTECEU EM UMA ESCOLA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO:
Motivações e discursos contra as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra

Aprovado em: ____/____/____.

Dr. Rafael Lima Alves de Souza (Orientador)
Colégio Pedro II

M. Paulo Antônio Barbosa Fernandes
Colégio Pedro II

M^a Fernanda Nascimento Crespo
SEEDUC-RJ

M. Luciano de Moura Guimarães (Suplente)
Colégio Pedro II

Dr. Mário Luiz Souza (Suplente) CEFET-RJ

À minha esposa Cleide Jeane A. S. de Castro, ao meu filho Dioniso Alves de Castro e à minha filha Mayra Alves de Castro, queridos e muito amados companheiros nesta jornada de vida, que colaboram o tempo todo nos meus estudos e nas minhas práticas educativas em sala de aula contra o racismo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Deus primeiramente pelo dom da vida e por todo o amparo que tenho recebido espiritualmente.

Agradecer aos meus pais José Germano de Castro e Ester Maia de Castro por uma vida inteira de dedicação aos seus filhos e por terem lutado tanto para que pudéssemos ter uma boa formação.

A minha querida e amada esposa Cleide Jeane por ser além de minha companheira nesta jornada da vida, minha companheira nas lides de desenvolvimento intelectual, desde a minha graduação, sempre buscando me dá forças para continuar nesta caminhada, não deixando eu esmorecer nunca.

Ao meu querido filho Dioniso e a minha querida filha Mayra que com muito amor e muito carinho me deram forças para que eu pudesse fazer este trabalho, e estiveram ao meu lado o tempo todo, pois sabiam o quanto ele representava para mim.

À minha irmã Vera Lúcia que em nenhum momento me deixou desanimar para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

À minha irmã Adriana e ao meu irmão Ronaldo pelo carinho e atenção dedicados a minha querida mãe de 84 anos, que pôde proporcionar para mim uma tranquilidade na execução deste trabalho.

A toda minha família que sempre me deu forças nos meus projetos e sempre me tratou com muito carinho.

Ao meu orientador Dr. Rafael Lima Alves de Souza pelo carinho, disposição, dedicação e atenção a mim dispensadas e a este trabalho de pesquisa.

Aos professores da minha banca examinadora M. Paulo Antônio Barbosa Fernandes e M^a Fernanda Nascimento Crespo que se dispuseram imediatamente e com a maior boa vontade a avaliar este projeto.

Aos professores que se dispuseram a ser de bom grado suplentes na banca examinadora, Dr. Mário Luiz Souza e M. Luciano de Moura Guimarães.

Aos professores do curso de especialização em História da África que contribuíram significativamente na minha formação e na construção deste trabalho de conclusão de curso.

A todos os meus colegas de turma nos quais eu tive o privilégio de compartilhar os estudos e aulas, de trocar conhecimentos e experiências do curso e pude obter momentos agradáveis de descontração e conversas maravilhosas.

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros. Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio das suas principais lideranças e das ações de seus militantes, elegeu e destacou a educação como importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadoras e da violência capitalista.

(Nilma Lino Gomes)

RESUMO

CASTRO, Paulo César Maia. “**Aconteceu em uma escola da zona oeste do Rio de Janeiro: Motivações e discursos contra as cotas raciais e o Dia Consciência Negra**”. 2020. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

Esta pesquisa pretende analisar os discursos utilizados para deslegitimar as lutas contra o racismo no Brasil e que estão atualmente presentes nas escolas do Rio de Janeiro, discursos que atacam as ações afirmativas, como as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra. Estes discursos, que estão sendo principalmente veiculados nas redes sociais, atingem um número cada vez maior de estudantes das várias escolas do Rio de Janeiro. A pesquisa terá como objeto de estudo como estes discursos aparecem nas redes sociais, tendo em vista o acesso cada vez maior dos estudantes a estas fontes de informações. Será analisado o discurso de importantes líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), movimento conservador, que tem um público enorme de seguidores em canais do YouTube, Instagram e Facebook,. Que teve e ainda tem um importante papel na política nacional nos tempos atuais. A motivação da pesquisa se deu a partir de experiências vividas em uma escola pública estadual da Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde durante as comemorações do Dia da Consciência Negra, um grupo de alunos (as) fundamentados (as), com argumentações obtidas nas redes sociais, agiu no intuito de deslegitimar todo o trabalho que estava sendo organizado (as oficinas, as palestras e as apresentações artísticas). A presente pesquisa tem o intuito de construir contraargumentações a estas argumentações conservadoras para instrumentalizar os professores de humanas, a partir dos materiais literários de forma a trazer a reflexão sobre o racismo na escola e reafirmar o protagonismo do movimento negro na luta contra o racismo no Brasil.

Palavras-chave: Racismo. Redes Sociais. Escola. Ações Afirmativas.

ABSTRACT

CASTRO, Paulo César Maia. “**Aconteceu em uma escola da zona oeste do Rio de Janeiro: Motivações e discursos contra as cotas raciais e o Dia Consciência Negra.** 2020. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História da África) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2019.

This present research endeavors to analyze the discourses created to invalidate the struggles against racism in Brazil that are currently present in schools from Rio de Janeiro. The schools that ought to be places of reflection and fight against racism and discrimination are now places where the conservative wave that took place in the last years in Brazil and that is still spreading, is getting more and more supporters with discourses that attack affirmative actions and the Day for Black Awareness. These discourses are mainly disseminated through the social networks and reach more and more people, including students from lots of schools from Rio de Janeiro. The research will utilize the social networks as an object, analyzing an important social actor that has a lot of followers in their accounts on YouTube, Instagram and Facebook, the so called MBL, shortening for *Movimento Brasil Livre* (Free Brazil Movement). The motivation of the present research happened because of some experienced that took place in a public school from the West Zone of Rio de Janeiro. In the celebration of the Day for Black Awareness, a group of students founded in arguments taken from social networks aimed to delegitimize all the work that was being organized (the workshops, the speeches and the artistic presentations). This event was the inspiration needed to produce this research aiming to build possible counter-arguments from the materials of literary and bring the reflection about racism. So, it will be possible that the school constitute itself as defender of the human rights meaning that it will become more and more a school plural, democratic and in this way an important instrument of struggle against racism and construction of a fairer, more human and equal society.

Keywords: Racism. Social. Networks. School. Affirmative Actions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECIERJ	Fundação Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro
CNE	Conselho Nacional de Educação
DEM	Democratas
ESP	Escola Sem Partido
FAMCE	Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte
FNB	Frente Negra Brasileira
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e outros
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Mobilização Democrática Brasileira
MNU	Movimento Negro Unificado
PSC	Partido Social Liberal
PT	Partido Trabalhadores
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
TEN	Teatro Experimental do Negro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ACONTECEU EM UMA ESCOLA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO.....	16
2.1. Os movimentos políticos conservadores e o <i>impeachment</i> da presidente Dilma Rouseff.....	16
2.2. Os movimentos políticos conservadores e os acontecimentos na escola.....	18
2.3. Os acontecimentos na escola, o desinteresse e o despreparo dos professores para lidar com o racismo	20
3. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA LUTA CONTRA O RACISMO.....	23
4. OS DISCURSOS UTILIZADOS NAS REDES SOCIAIS DE DESLEGITIMAÇÃO DAS COTAS RACIAIS E DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	28
4.1. Os discursos do MBL contra as cotas raciais e o Dia da Consciência negra....	28
4.2. Contra argumentações possíveis aos discursos do MBL.....	30
5. O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA PARA A CONQUISTA DA LEI 10.639/03, DAS COTAS RACIAIS E DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	36
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
ANEXO A PLANEJAMENTO DE AULA – “O Movimento Negro e as ações afirmativas”	48

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os discursos utilizados para deslegitimar as lutas contra o racismo no Brasil e que estão atualmente presentes nas escolas do Rio de Janeiro, discursos que atacam as ações afirmativas, como as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra. Estará sendo pesquisado como estes discursos aparecem nas redes sociais, tendo em vista o acesso cada vez maior dos estudantes a estas fontes de informações. Para tanto, foi considerado analisar o discurso de importantes líderes do Movimento Brasil Livre (MBL)¹, por ser um movimento conservador, que produz discursos contra as ações afirmativas e por terem um público enorme de seguidores em canais do YouTube, Instagram e Facebook. E também, pelo importante papel que tiveram na política nacional e que ainda têm nos tempos atuais.

O trabalho terá como objetivo também confirmar a importância das políticas de ações afirmativas para o crescimento e desenvolvimento da população negra e para o combate ao racismo que aflige esta ao longo da história do Brasil, bem como, também, reafirmar o papel do Movimento Negro brasileiro, como verdadeiro protagonista, pela conquista destas ações afirmativas, pela conquista de todas as políticas de promoção étnico-racial e de todas as lutas de resistência contra o racismo e a discriminação racial na sociedade brasileira.

A motivação desta pesquisa se deu a partir de experiências vividas numa escola pública estadual da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2016, não foi mencionado o nome da escola por motivos profissionais e éticos. A maioria dos estudantes da referida escola utilizando-se de argumentos obtidos nas redes sociais de vários grupos e movimentos conservadores da sociedade brasileira, citavam os nomes para legitimar os seus argumentos, buscando deslegitimar todos os trabalhos que estavam ocorrendo na escola, em comemoração ao Dia da Consciência Negra (as oficinas, as palestras e as apresentações artísticas), organizados pelo grêmio estudantil juntamente com os professores da área de humanas da referida escola. Muitos desses estudantes, em número significativo, já agiam em sala de aula, principalmente nas aulas das disciplinas de humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia), que tratam de temas de humanidades, como as questões das desigualdades sociais, as relações étnico-raciais, as questões de gênero, entre outras, no intuito de desvalidar qualquer argumento que viessem a defender qualquer política pública ou atitude de promoção social de grupos sociais como as mulheres, a população negra, os indígenas e os LGBTQI+. Falavam que estes grupos

¹ Movimento Brasil Livre (MBL): entidade ativa desde 2014, que se autodenomina uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendem a democracia, a República, a liberdade de expressão e de imprensa, o livre mercado, a redução do Estado e a redução da burocracia.

não eram desprivilegiados e defendiam a “meritocracia”². Então a pesquisa procurou trazer a reflexão sobre a motivação para que esses alunos (as) agissem desta forma.

No primeiro capítulo, do trabalho de pesquisa, inicialmente foram relacionados os fatos ocorridos na referida escola, com os fatos políticos que estavam acontecendo no Brasil naquele período de sua história, como as manifestações de 2013 e o *impeachment* da presidenta, Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016. Tendo em vista que vários movimentos conservadores surgiram, a partir das manifestações de 2013, e que atuaram de maneira intensa nas redes sociais, mobilizando multidões em todo o país, em torno do *impeachment* e que, deste modo, influenciaram uma quantidade enorme de estudantes, como é caso do movimento político chamado de Movimento Brasil Livre (MBL). Esta relação não teve o merecido aprofundamento na pesquisa, tendo em vista, a extensão de dados e informações de que necessitaria o que estenderia demais a pesquisa e estaria escapando da proposta central do trabalho.

Em seguida, as análises deste primeiro capítulo estarão fundamentadas nas relações que existem entre as dificuldades, para que se possa produzir nas escolas ações contra o racismo, e atividades sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, com o despreparo que existe, de muitos professores (as), coordenadores pedagógicos e diretores (as), para lidar com o racismo na escola e com o desconhecimento destes sobre a Lei 10.639/2003³. E também, nas relações com o próprio racismo que existe na sociedade brasileira, tendo em vista que a escola está inserida na sociedade e reproduz as relações étnico-raciais que existem nela.

Também foi mencionado o racismo religioso, que na verdade estava presente, mas de forma não explícita, nas atitudes desses alunos (as) e também nas práticas pedagógicas de muitos professores (as) da referida escola, que se negam a tratar das questões étnico-raciais, tendo como base as suas crenças religiosas, muitas delas evangélicas pentecostais e neopentecostais, que desconfiam de qualquer atividade que trate da história e cultura africana, receosos de que se fale sobre o candomblé e a umbanda, pois devido ao racismo religioso que existe em algumas dessas religiões, elas “demonizam” as religiões de matrizes africanas.

2 Meritocracia pode ser entendida como um conjunto de valores que rejeita toda e qualquer forma de privilégios hereditários e corporativos e que valoriza e avalia as pessoas independentemente de suas trajetórias e biografias sociais (...) a meritocracia não atribui importância a variáveis sociais como origem, posição social, econômica e poder político no momento em que estamos pleiteando ou competindo ou competindo por uma posição ou direito. (BARBOSA, Livia. **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 22).

3 A lei 10.639/2003 altera a Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. O conteúdo programático incluirá o estudo da História da África e dos africanos, e a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPDH/Leis_10.639_2003_inclus%C3%A3o_no_curr%C3%ADculo_oficial_da_Hist%C3%B3ria_e_Cultura_Afrobrasileira.pdf)

Não será proposta desse trabalho de pesquisa analisar o racismo religioso, tendo em vista a atenção detalhada que o tema merece, mas este tema é de extrema importância dentro do contexto das relações étnico-raciais, e merece ser fruto de várias análises de pesquisas no presente e no futuro.

No segundo capítulo, buscou-se analisar algumas argumentações utilizadas nas redes sociais contra as ações afirmativas, principalmente contra as cotas raciais e contra as comemorações do dia “20 de novembro Dia da Consciência Negra”. Para esta análise foi escolhido um dos atores sociais que tiveram e ainda têm um número enorme de seguidores nas redes sociais, o MBL, por ser um movimento político conservador, de cunho liberal, a favor do livre mercado, da redução do Estado, a favor de medidas políticas neoliberais no país e por fazerem discursos contra as ações afirmativas, como as cotas raciais para estudantes negros e o dia “20 de novembro, Dia da Consciência Negra”, e também, pela relevância que o movimento político teve na política brasileira, mobilizando um contingente enorme de pessoas por todo o país pelo *impeachment* da presidente Dilma Roussef do Partido dos Trabalhadores (PT) e no segundo turno das eleições de 2018, na vitória de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Foi escolhido somente um ator social, com a devida preocupação de não se produzir um trabalho de pesquisa muito extenso e de difícil controle.

O trabalho de pesquisa, desta forma, procurou refletir sobre os argumentos destes atores sociais das redes sociais para tentar entender, por que estes argumentos tiveram uma inserção tão grande nas escolas brasileiras junto aos alunos (as), pais de alunos (as) e professores (as). Assim, visou-se analisar quais as consequências desses movimentos para a escola, para a democracia na escola, para o respeito às diferenças no interior da escola, analisar, dessa forma o papel da escola na lide contra o racismo.

Então, a pesquisa se embasou em contra argumentações possíveis dentro da literatura sobre as questões étnico-raciais para responder às argumentações utilizadas pelo Movimento Brasil Livre (MBL), nas redes sociais, para instrumentalizar os professores de humanas em suas aulas. A pesquisa debruçou-se nos escritos de autores (as) como Nilma Lino Gomes, Cristina Lopes do (IBASE), Beatriz do Nascimento, Henrique Cunha, Fanon entre outros. Procurou-se analisar também a concepção universalista que algumas pessoas chamam de

“Consciência Humana”, que seria uma espécie de consciência de que todos somos seres humanos e que por isso somos todos iguais e que a “Consciência Negra” ao diferenciar a população negra, estaria na verdade, reproduzindo a discriminação racial, e que o importante é não considerarmos as questões de raça nos nossos relacionamentos humanos. Então, a pesquisa procurou refletir sobre a seguinte questão: por que a sociedade procura argumentos universalistas para lidar com o racismo?

Ainda, no segundo capítulo, foi estabelecida também como no primeiro capítulo, uma linha de convergência destes argumentos e a postura dos alunos (as), pais de alunos (as) e professores (as) com o racismo ainda persistente na sociedade e com a resistência da comunidade escolar para que, os temas relacionados com o racismo não sejam trabalhados na escola.

No terceiro capítulo, procurou-se utilizar das argumentações destes estudantes e das argumentações do MBL, fundamentadas na “meritocracia”, ou seja, de que as ações afirmativas, na verdade reproduzem uma discriminação racial que intensificaria o racismo, e que seriam produtos de demagogia de governos populistas, que dariam “esmolas” para as populações mais vulneráveis, como a população negra brasileira, em troca de votos. Para que se pudesse reafirmar que as ações afirmativas, entre outros, na educação, são fruto das lutas históricas realizadas pelo Movimento Negro, verdadeiro protagonista das lutas de combate ao racismo na sociedade brasileira e que conseguiu através destas lutas, várias conquistas importantes.

No quarto capítulo, como guisa de conclusão, o trabalho de pesquisa visou trazer algumas reflexões sobre a emergência de uma escola que seja um verdadeiro instrumento de lide ao racismo e de toda forma de discriminação racial. A pesquisa tocou em algumas reflexões da educação decolonial, sem o devido aprofundamento que o tema merece, pela riqueza de detalhes que essa pedagogia nos traz, o que possivelmente alongaria de maneira significativa a pesquisa.

A pesquisa buscou refletir sobre a necessidade de a escola dialogar com o Movimento Negro e outras organizações de luta contra o racismo, para que haja uma troca muito rica de experiências entre educadores e militantes, no intuito de se produzir atividades vastas sobre as questões étnico-raciais, sobre o racismo, durante todo ano letivo e não somente em datas comemorativas e que também, se possa estudar nas escolas brasileiras, a história e cultura africana e a história e cultura afro-brasileira.

Somente desta forma será possível ter uma escola brasileira, em todas as suas modalidades, democrática e plural, que saiba trabalhar com as diversidades em seu interior, e que contribua também para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária que garanta o direito para todos, incluindo a população negra brasileira.

No currículo mínimo de Sociologia da educação pública estadual do Rio de Janeiro tem como tema de estudo para o segundo ano do ensino médio, o tema do papel histórico dos movimentos sociais na construção da cidadania. Como professor de Sociologia da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, propus para uma turma de segundo ano do Ensino

Médio, o estudo do tema do protagonismo do Movimento Negro nas lutas para as conquistas das ações afirmativas para a população negra, como cotas raciais e do feriado do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra, permitindo uma reflexão sobre o tema, de forma que eles possam alcançar a dimensão política que nele está presente de enfrentamento ao racismo, e também poder refletir sobre a conquista da Lei 10.639/2003 e o que representa o estudo e a valorização da história e da cultura Africana e afro-brasileira para todos os brasileiros, com o objetivo de apresentar aos alunos (as) este movimento como um importante movimento social no Brasil.

2. ACONTECEU EM UMA ESCOLA DA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO

Neste primeiro capítulo estarão sendo tratados os fatos ocorridos na referida escola, mencionados na introdução e que foram motivadores deste presente trabalho de pesquisa, procurando de maneira não aprofundada, já que não está dentro da proposta central do trabalho, relacionar estes acontecimentos aos episódios políticos do país naquele momento. Será feita,

também, a reflexão sobre o fato de que as argumentações utilizadas pelos estudantes e que foram extraídas das redes sociais tiveram uma inserção muito grande nas escolas. E que tem uma relação direta com as dificuldades, já apontadas pelo Movimento Negro, para a construção de uma agenda de trabalhos nas escolas de combate ao racismo como a execução efetiva da Lei 10.639/2003.

2.1. Os movimentos políticos conservadores e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff

O ano de 2016 foi um ano muito difícil para o Brasil, e como afirmam alguns analistas do devido período, foi um ano muito difícil para a frágil democracia brasileira, tendo ocorrido neste ano o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT). O PT nas suas gestões seguidas, dois mandatos com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010, e um mandato e meio da ex-presidente Dilma Rousseff de 2011 a 2014 e de 2014 a 2016, havia implementado várias políticas de promoção social progressistas na sociedade brasileira, políticas de ações afirmativas, políticas de combate à fome, políticas de enfrentamento à pobreza, de combate ao racismo como a Lei 10.639/2003, entre outras que possibilitaram mudanças significativas na situação socioeconômica da população brasileira, “principalmente para as classe trabalhadora e dentre esta, para a população negra” (GOMES, 2018, p.113).

Com o *impeachment*, assumiu a Presidência da República, o seu vice Michel Temer do partido da Mobilização Democrática Brasileira (MDB), que trouxe para agenda do governo brasileiro várias medidas de cunho neoliberal, levando a alguns retrocessos nas conquistas sociais dos trabalhadores.

Este processo foi resultado de vários movimentos conservadores que vinham atuando em todo o país, desde movimentos liberais até movimentos de extrema direita, que se articulavam também e de maneira muito intensa nas redes sociais, muitos destes movimentos políticos surgiram a partir das manifestações de 2013, e atacavam ideologicamente o PT, propagando a ideia de que os governos petistas eram os mais corruptos da história do Brasil e que teriam levado a sociedade brasileira a uma espécie de “degeneração”. De acordo com o sociólogo Jessé Souza⁴:

4 Jessé Souza, 56 anos, fez graduação em Direito e mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília

Existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, às assim chamadas “jornadas de junho”, o golpe de abril de 2016. Nesse intervalo de quase três anos, o ataque ao governo federal foi realizado sem tréguas até a vitória final no processo de *impeachment*. As manifestações de junho de 2013 marcam o ponto de virada da hegemonia ideológica até então dominante e das altas taxas de aprovação aos presidentes dos governos petistas. Na verdade, representam o início do cerco ideológico até hoje mal compreendido pela enorme maioria da população (SOUZA, 2016, p. 87).

Vários destes movimentos se posicionavam de maneira radicalmente contra a qualquer política pública ou atitude de promoção social de grupos marginalizados da sociedade como, mulheres, negros, indígenas e LGBTQ+, se posicionavam radicalmente contra as políticas de ações afirmativas, como foi o caso do Movimento Brasil Livre (MBL), que surgiu em 2014, a partir das manifestações de 2013, movimento conservador, de cunho liberal que defende o livre mercado, movimento este cujas argumentações estarão sendo estudadas mais adiante. O que levou a alguns analistas políticos a chamarem o processo de *impeachment* de golpe e a defenderem, que havia muitos interesses por trás deste processo principalmente de setores conservadores da elite da sociedade brasileira, que tinham um posicionamento radicalmente contrário às medidas progressistas que haviam sido implementadas pelos governos petistas, sendo que muitas delas atendiam às populações marginalizadas da sociedade brasileira, como a população negra (GOMES, 2018, p.113). As citações abaixo extraídas do livro de Jessé Souza (2016, p.11), vão ao encontro do que aqui foi exposto:

Como o mundo sempre nos é exposto em fragmentos, nossa compreensão tende a ser sempre confusa, localizada, personalizada, dramatizada e, o que resume tudo, “novelizada”. Enxergamos apenas pessoas, separadas em boas e más, e nunca percebemos os “interesses” que as movem.

E mais:

A primeira parte do livro visa ao esclarecimento das pré-condições do golpe. Trata tanto do desvelamento dos mecanismos que permitem à elite do dinheiro ser a “mandante” do golpe, realizado por outros em seu nome – sem que essa elite seja se quer mencionada na trama – quanto da explicitação dos novos conflitos de classe, fruto da recente ascensão social de setores populares, que serviram de pano para viabilizar o golpe (SOUZA, 2016, p.11).

Todos estes movimentos políticos conservadores que ocorreram, inclusive nas redes sociais em todo o país, e que atuaram no processo de *impeachment*, tiveram uma participação

(UNB), doutorado em Sociologia pela Universidade de Heidelberg, na Alemanha, fez também pós-doutorado em Psicanálise e Filosofia em New School for Social Research, em Nova York, e foi livre-docente na Universidade de Flensburg, na Alemanha.

fundamental em todo processo que culminou com a eleição do atual presidente, de extrema direita, Jair Bolsonaro pelo Partido Social Liberal (PSL) no ano de 2018.

2.2. Os movimentos políticos conservadores e os acontecimentos na escola

Muitos alunos (as), de uma escola, da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, que não será mencionado o nome por motivos éticos e profissionais, envolvidos na atmosfera política da época, apoiavam o conservadorismo e os ataques ao PT, então fundamentados em argumentos retirados destes movimentos conservadores nas redes sociais, mencionados acima, agiam em sala de aula, principalmente nas aulas das disciplinas de humanas (Geografia, História, Filosofia e Sociologia), que tratam dos temas sociais, políticos e culturais, como as questões das desigualdades, as relações étnico-raciais, as questões de gênero, entre outras, no intuito de atacar quaisquer argumentos que viessem a defender qualquer política pública ou atitude de promoção social de grupos sociais como as mulheres, a população negra, os indígenas e os LGBTQI+. Falavam de “vitimismo” por parte destes grupos e defendiam a “meritocracia”. Assim, procuraram deslegitimar todos os trabalhos das comemorações do Dia da Consciência Negra, que estavam sendo organizados na escola, pelos professores da área de humanas juntamente com o grêmio estudantil da escola, procuraram deslegitimar as palestras, as oficinas e as apresentações artísticas.

Diziam que não deveria existir o Dia da Consciência Negra, porque esta separa as pessoas, criando ódio e desunião, assim toda a sociedade deveria defender a Consciência Humana, a consciência de que todos somos seres humanos e por isso mesmo, somos iguais.

Apoiados pela “meritocracia” já mencionada acima, argumentavam que não deveriam existir as cotas raciais, na medida em que estas discriminariam os negros, para eles estas provariam que os negros estavam sendo considerados incapazes de disputar igualmente com os brancos, afirmavam que as cotas raciais seriam esmola do governo federal, não entendiam a importância da Lei 10.639/03, da importância de se estudar a história da África e afrodescendente, de se estudar a cultura africana e afrodescendente, para a construção da identidade não só do povo negro, mas para todos os brasileiros, não consideravam o racismo como algo estrutural na sociedade brasileira e afirmavam que a escravidão e a história dos negros no Brasil seria coisa de um passado muito doloroso e que deveriam ser esquecidas.

Estes estudantes estavam legitimando dois fenômenos que existem na cultura brasileira e que estão intimamente ligados nas questões étnico-raciais, que é o mito da democracia racial

e o racismo à brasileira, fenômenos estudados por muitos autores, e de enorme importância para o entendimento das relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

No livro *Cotas Raciais: Por que sim?* do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), afirma no capítulo intitulado, “Racismo à brasileira”, que a “identidade nacional brasileira, a partir da década de 1930, foi construída sob o mito da democracia racial, ou seja, sob a crença de que somos uma nação onde pessoas de todas as raças vivem em harmonia, sem conflitos ou segregações” (IBASE, 2008 p.14). Em função dessa crença, muitas pessoas da sociedade brasileira consideram absurdas as políticas de ações afirmativas para a população negra no Brasil (IBASE, 2008, p.14).

A discriminação racial no Brasil deve ser analisada com muita atenção, ela tem uma particularidade em relação ao racismo declarado e segregacionista, que aconteceu nos Estados Unidos e com o *apartheid* na África do Sul. O Movimento Negro já vêm denunciando há muito tempo a especificidade do racismo no Brasil com a “existência de aparatos de discriminação racial na sociedade brasileira, que na verdade são confirmados pelos indicadores sobre a desigualdade social no Brasil, o que coloca em xeque a ideia de democracia racial” (IBASE, 2008, p.15).

Tinham em mente a ideia também muito propagada nas redes sociais, da “doutrinação ideológica” que foi amplamente defendida pelo movimento “Escola Sem-Partido”⁵, movimento criado em 2004 no Brasil, que afirmava que muitos professores da área de humanas e até de outras áreas do conhecimento escolar, faziam uma espécie de “doutrinação ideológica” marxista e de esquerda nos estudantes em suas aulas, e que esta suposta “doutrinação ideológica” teria sido um dos processos que teria possibilitado as sucessivas vitórias nas eleições para a Presidência da República pelo PT.

O movimento “Escola Sem Partido” foi um movimento importante dentro do contexto em que se deram os acontecimentos na escola, teve uma repercussão muito grande na sociedade brasileira, com muitos adeptos a sua causa e influenciou vários alunos (as) e pais de alunos (as), e inspirou projetos de lei em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no congresso nacional. Ele foi objeto de estudo de vários pensadores contemporâneos, de várias áreas do conhecimento.

⁵ O movimento “Escola Sem Partido”, criado em 2004, foi um movimento político que se apresentava como representante de pais e estudantes contrários ao que chamavam de “doutrinação ideológica nas escolas”. Ganhou notoriedade em 2015 e projetos de lei inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras câmaras municipais e assembleias legislativas pelo país, bem como no congresso nacional.

Também agiam de acordo com suas crenças religiosas, muitas delas evangélicas pentecostais e neopentecostais, que desconfiam de qualquer atividade que trate da história e cultura africana, receosos de que se falasse sobre o candomblé e a umbanda, pois devido ao racismo religioso que existe em algumas dessas religiões, elas “demonizam” as religiões de matrizes africanas. Não será também, proposta deste trabalho de pesquisa analisar o racismo religioso presente nas atitudes de muitos alunos (as) e professores (as), tendo em vista a atenção detalhada que este sugere, mas este tema é de muita importância dentro do contexto das relações étnico-raciais, e precisa ser fruto de várias análises de pesquisas no presente e no futuro.

Estes estudantes, que conseguiram desestruturar praticamente todos os trabalhos que estavam sendo desenvolvidos na escola, naquela semana, das comemorações ao Dia da Consciência Negra, sentem-se legitimados e respaldados por alguns professores e um diretor da escola que compartilhavam dos mesmos posicionamentos políticos. Todo esse processo que foi vivido nesta escola, acabou num desgaste muito grande entre os professores da área de humanas, com vários destes estudantes e com vários professores de outras áreas da escola.

2.3. Os acontecimentos na escola, o desinteresse e o despreparo dos professores para lidar com o racismo

Os problemas que foram experimentados pelos professores das disciplinas de humanas, nesta específica escola advém das dificuldades, que todos os professores (as) do Brasil, comprometidos (as) com uma educação plural e democrática, enfrentam para a construção de trabalhos nas salas de aula e nas escolas de combate ao racismo, de atividades que visem a efetiva execução da Lei 10.639/2003 nas escolas (GOMES, 2018). E esses impasses decorrem do próprio racismo existente na sociedade brasileira e que, deste modo, tem haver com os respectivos interesses pessoais e coletivos com o racismo, e que estarão sendo atingidos por esse enfrentamento.

Parte significativa da sociedade brasileira estima que o racismo seja camuflado, que persista no país, as ideias de inferioridade, de incapacidade e de desqualificação dos negros e das negras para que estes continuem sendo subalternizados. Para tanto, desejam que as crianças e os jovens brasileiros continuem sendo educados com tais ideias e pensamentos, para que os seus interesses e privilégios continuem sendo mantidos na sociedade (CUNHA, 2010).

No Brasil muitas pessoas negam a existência do racismo contra a população negra, primeiro por serem pessoas que se beneficiam deste racismo. Portanto, tem as suas conveniências e negar a existência é maneira de disfarçar os propósitos de manter a população negra numa situação subalterna. Os membros dos grupos sociais subalternos trabalham muito, recebem pouco e obedecem bastante para sobreviverem. Os problemas do racismo contra a população negra são problemas sociais e econômicos da sociedade brasileira no campo da dominação dos grupos subalternos. Terminando o escravismo criminoso, uma forma de deixar a população negra em condições de vida subalterna foi produzir uma grande processo de desqualificação social das negras e negros (CUNHA, 2010, p.7-8).

E mais:

A maioria das pessoas parte de uma definição de racismo genérica e pouco útil para a compreensão da sociedade brasileira. Pensam-no como ódio entre raças, mas não é isso o que ocorre no Brasil e sim a forma de controle social entre grupos sociais. O racismo brasileiro executa um longo e fortíssimo trabalho de manutenção das estruturas sociais. Exclui o coletivo de uma participação ampla na sociedade brasileira por formas práticas e não diretamente declaradas. Uma das formas é produzindo ideias ambíguas, erradas ou preconceituosas sobre a população negra. Ideias que muitas vezes nós mesmos negros não percebemos o que está por detrás delas e as admitimos como verdade. (CUNHA, 2010, p.7-8).

Influenciados por estes interesses, muitos professores (as), se omitem a fazer qualquer atividade nas escolas de enfrentamento do racismo e se recusam a trabalhar e compreender o quanto é de fundamental importância a Lei 10.639/2003, ou seja, o estudo da história e cultura africana e da história e cultura afro-brasileira, para o reconhecimento do protagonismo da população negra na história do Brasil e para a sua valorização na sociedade.

Outros professores (as) da educação básica não se recusam a desenvolver atividades sobre o racismo, mas não têm o devido preparo para isso. Não têm nenhum estudo sobre a história e a cultura africana e a história e cultura afro-brasileira esta situação decorre de uma formação inicial e continuada desprovida nas faculdades de cursos e disciplinas, sejam obrigatórias ou eletivas, que tratem e ensinem sobre estes temas. “Também existe pouca produção acadêmica e um pequeno número de pesquisas sobre estes temas que possam produzir novos conhecimentos e também gerar materiais e recursos pedagógicos que possam ser utilizados nas escolas sobre os mesmos”. (PEREIRA, 2017).

O despreparo dos professores (as), com relação ao racismo, se evidencia, também, em sua abordagem nas relações interpessoais entre os alunos (as) da escola, muitos não sabem o que fazer quando acontece um caso de racismo na escola, quando um aluno negro ou uma aluna negra sofre uma discriminação pelos seus colegas e muitos acabam não fazendo nada, fingindo que não estão vendo o que está acontecendo (GOMES, 2018). Este despreparo se estende a

todos os corpos diretivos das escolas, que também não sabem como agir em caso de discriminação racial entre os estudantes, entre estudantes e professores, entre professores e professores e funcionários e até com relação aos pais de alunos.

Muito se avançou, principalmente com as batalhas realizadas, pelo movimento social negro, ao longo da história do Brasil no combate ao racismo, e muitas conquistas foram feitas para a população negra brasileira, entre outros, na área da educação como a constituição da Lei 10639/2003 (GOMES, 2018, p. 113-114). E como nos diz, a cientista social e pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Cristina Lopes, a Lei 10.639/2003, busca dar uma ressignificação no ensino sobre o negro no Brasil, estudando a história e cultura africana, bem como a história e cultura afro-brasileira, que visa tirar a imagem do negro (a) como alguém passivo (a) e fujão (ona), para um ator social protagonista na história e construção do nosso país, um protagonista na construção e cultura da sociedade brasileira (LOPES, 2007)⁶.

A conquista das cotas raciais nas universidades públicas de todo o país e, também o Dia da Consciência Negra, provocou o debate em torno do racismo no cotidiano da vida do brasileiro, e também fez com que a população brasileira refletisse sobre o racismo, pensasse no racismo (GOMES, 2018 p. 116). Na medida em que, estes debates, principalmente a cerca das cotas raciais, que provocam tanta resistência por parte da população brasileira, têm sido muito propagado nos meios de comunicação de massa, inclusive nas redes sociais, assim como, os debates em torno do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra também têm sido muito difundido.

Diante das reflexões proposta neste primeiro capítulo, pode-se constatar que o Movimento Negro brasileiro e todas as organizações comprometidas no enfrentamento ao racismo, muito ainda têm que prosseguir nesta luta de combate ao racismo nas escolas, nas universidades e também na sociedade como um todo para que se possa estruturar uma nação verdadeiramente democrática, plural, justa e igualitária.

3. PEQUENA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA LUTA CONTRA O RACISMO

⁶ LOPES, Cristina. *A valorização do negro para uma sociedade menos desigual*. (Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0367.html>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020..

No primeiro capítulo já foram feitos alguns apontamentos sobre a emergência de uma escola que seja um importante instrumento de combate ao racismo e de todas as formas de discriminação racial. Uma escola que seja democrática e plural, que saiba trabalhar com a diversidade em seu interior, e que contribua também para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária que garanta o direito para todos, incluindo a população negra. Porém, serão acrescentados neste quarto capítulo, mais alguns apontamentos a guisa de conclusão sobre este tema.

A educação é o campo escolhido para as reflexões aqui realizadas devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros. Na luta pela superação deste quadro de negação de direitos e de invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e de ações de seus militantes, elegeu e destacou a educação como um importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista (GOMES, 2018, p.24-25).

A educação é um importante instrumento nas lutas de enfrentamento ao racismo, na medida em que, ela diz respeito à reprodução e construção de valores, de conhecimentos e de pensamentos sobre o “outro”, sobre a vida e sobre o mundo. A luta do Movimento Negro pelas demandas da população negra ao longo da história, principalmente na educação, pela implementação de políticas de ações afirmativas foram fundamentais para o enfrentamento do racismo, que vêm sofrendo há anos a população negra brasileira, que teve o direito à educação negada muitas vezes na história e, que se viu invisibilizada e subalternizada na sociedade brasileira ao longo dos anos. (GOMES, 2018).

O espaço da escola deve ser um espaço importante de reflexão e construção de saberes que vão de encontro ao enfrentamento de racismo. Para isso é preciso primeiramente pensar como a escola têm tratado as crianças e os jovens negros, como se dá a vivência destes no interior da escola diante das relações étnico-raciais, diante das relações de discriminação racial e de racismo que permeiam a sociedade brasileira. É preciso assumir que existe o racismo no interior da escola, é preciso assumir que muitos educadores discriminam as crianças negras em suas aulas e que muitos não sabem como agir ou se fingem de desentendidos quando a criança ou o jovem negro sofre racismo dos seus colegas. (GOMES, 2005, p.146-147).

Uma melhor compreensão sobre o que é o racismo e seus desdobramentos poderia ser um dos caminhos para se pensar estratégias de combate ao racismo na educação. Muitos professores ainda pensam que o racismo se restringe à realidade dos EUA, ao nazismo de Hitler e ao extinto regime do Apartheid na África do Sul. Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos em um paraíso racial (GOMES, 2010, p.148).

Há outra questão importante com relação ao racismo na escola que é o fato das crianças e jovens brasileiros serem educados dentro de uma perspectiva eurocêntrica, muitos educadores no Brasil, têm uma formação eurocêntrica, o que contribui para a perpetuação do racismo na sociedade brasileira e contribui para a reprodução do mito da democracia racial, o que acarreta uma visão deturpada, equivocada e leviana da população negra (MUNANGA, 2005, p.15).

Nestas considerações finais, quero enfatizar o descaso da escola pelo reconhecimento das múltiplas “identidades” e pelas diferentes culturas dos diversos segmentos que historicamente integraram a formação de nosso país, como tarefa indispensável de formação para o exercício da cidadania. Essa multiplicidade de raízes da nossa formação cultural não pode ser desconsiderada, sob pena de se priorizar apenas a visão de mundo de um daqueles segmentos, à exclusão de todos os outros. Pretendo, com este trabalho, chamar a atenção para a importância da diversidade e a necessidade do respeito às diferentes vertentes sócio-históricas e culturais que confluem na construção deste nosso país, como base para uma revisão em profundidade das práticas pedagógicas escolares, onde política, educação e cultura já não possam mais ser separadas (MOURA, 2005, p.79).

Vera Maria Candau e Luis Fernandes Oliveira, afirmam a importância da consolidação da Lei 10.639/2003, ao trazer para a escola a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura africana e afro-brasileira para a superação do eurocentrismo, na medida em que vai proporcionar a crítica decolonial, viabilizando a mobilização em torno das questões veladas do racismo presentes nas práticas sociais educacionais do nosso país (CANDAU; OLIVEIRA, 2010, p.37). A escola precisa superar o eurocentrismo e o racismo epistêmico, ou seja, a operação teórica que privilegiou a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo ocidente como os únicos legítimos e com a capacidade do acesso à universalidade e à verdade. E todos os conhecimentos não-ocidentais como inferiores” (CANDAU; OLIVEIRA, 2010, p.37). Não será aprofundada a discussão da pedagogia decolonial, pois não é a proposta deste trabalho de pesquisa, apesar de sua contribuição ser muito importante para uma educação de combate ao racismo.

Contudo, torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores (SILVA, 2010, p.21).

Para que a escola contribua com o enfrentamento ao racismo se faz necessário que haja uma reformulação nos processos de formação dos professores (as), para que estes recebam uma formação que os possibilitem a ter uma visão crítica da relação étnico-racial presente na sociedade, assumindo que o racismo existe na sociedade brasileira, e também nas escolas brasileiras. É preciso que sejam reformulados os currículos de muitos cursos universitários no sentido de que os professores (as) possam receber conhecimentos sobre a história e cultura africana e história e cultura afro-brasileira. Que obtenham, deste modo, uma formação não eurocêntrica, mas sim uma formação decolonial, ou seja, que possam fazer uma operação teórica que privilegie e legitime a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo “outro”, não-ocidental (GOMES, 2005).

O entendimento conceptual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores. (GOMES, 2005, p. 148).

Com relação ao enfrentamento do racismo se faz necessário também, que haja uma articulação da escola com o Movimento Negro e com outras organizações que atuam no confronto ao racismo, para que os professores (as) possam cumprir o papel também de combatentes do racismo na escola e na sociedade brasileira, trabalhando com alunos (as), no sentido de formar cidadãos que respeitem as diferenças, étnicas-raciais, culturais, de orientação sexual, de crenças e de religião para que se possa construir uma sociedade verdadeiramente democrática, plural, justa, igualitária e humana. (GOMES, 2018).

Porém, é necessário que, na educação, a discussão teórica e conceptual sobre a questão racial esteja acompanhada da adoção de práticas concretas. Julgo que seria interessante se pudessemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. Por isso, o contato com a comunidade negra, com os grupos culturais e religiosos que estão ao nosso redor é importante, pois uma coisa é dizer, de longe, que se respeita o outro, e outra coisa é mostrar esse

respeito na convivência humana, é estar cara a cara com os limites que o outro me impõe, é saber relacionar, negociar, resolver conflitos, mudar valores (GOMES, 2005, p. 149).

Sendo assim, ela afirma que, para se construir uma educação antirracista é preciso que sejam construídas novas práticas, e, “que os (as) educadores (as) se coloquem na fronteira desse debate e que a cobrança de novas posturas diante da questão racial passe a ser uma realidade, não só dos movimentos negros, mas também dos educadores, dos sindicatos e dos centros de formação dos professores” (GOMES, 2005, p.151).

Assim, poderemos realizar discussões na escola que trabalhem temas como: a influência da mídia, a religião, a cultura, a estética, a corporeidade, a música, a arte, os movimentos culturais, na perspectiva afro-brasileira. Essas e outras temáticas podem e devem ser realizadas ao longo do processo escolar e não somente nas datas comemorativas, na semana do folclore ou durante a semana da cultura (GOMES, 2005, p.151).

O trabalho de pesquisa procurou trazer neste capítulo alguns pequenos apontamentos sobre a escola, como espaço de convivência de relações étnico-raciais de enfrentamento as discriminações raciais e da educação como relevante ferramenta de enfrentamento ao racismo, entendendo principalmente, que a postura antirracista no interior da escola por professores (as) é um posicionamento político perante a sociedade e que envolve valores éticos e de comprometimento com o “outro”, com a diversidade, com a pluralidade, com a interculturalidade.

Quando a Lei 10.639/03 foi regulamentada, em junho de 2004, ela passou a representar mais um passo nas políticas de ações afirmativas e de reparação para a educação básica. Nos fundamentos teóricos da legislação, afirma-se que o racismo estrutural no Brasil explicita-se através de um sistema meritocrático, agrava desigualdades e gera injustiça. Destaca também que há uma demanda da comunidade afro-brasileira por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, e que esse reconhecimento requer estratégias de valorização da diversidade. Além disso, esse reconhecimento passa pela resignificação de termos como negro e raça, pela superação do etnocentrismo e das perspectivas eurocêntricas de interpretação da realidade brasileira e pela desconstrução de mentalidades e visões sobre a história da África e dos afro-brasileiros (CANDAU; FERNANDES, 2010, p.31).

Sabe-se que a escola precisa percorrer um longo caminho para que práticas pedagógicas antirracistas se façam presente em seu interior, porém é preciso que não só o Movimento Negro, mas também educadores (as) e as várias entidades da sociedade civil possam está

comprometidas com a construção de práticas pedagógicas que visem combater o racismo em todas as suas formas de manifestação.

4. OS DISCURSOS UTILIZADOS NAS REDES SOCIAIS DE DESLEGITIMAÇÃO, DAS COTAS RACIAIS E DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Neste segundo capítulo, serão analisadas algumas argumentações do MBL utilizadas nas redes sociais contra as ações afirmativas, principalmente contra as cotas raciais e as comemorações do dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra. Como já foi dito

anteriormente, o MBL é um movimento político que teve e ainda têm um número enorme de seguidores nas redes sociais, influenciando, assim, de maneira significativa com seus discursos, muitas pessoas por todo o país, incluindo, alunos (as), pais de alunos (as) e professores (as) de várias escolas. O movimento teve uma participação significativa na política nacional, a partir de 2014, principalmente no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff do PT, em 2016, e na vitória, com seu apoio no segundo turno, do atual presidente da República Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), no segundo turno das eleições de 2018.

4.1. Os Discursos do Movimento Brasil Livre (MBL) contra as ações afirmativas

Com relação às cotas raciais os integrantes do MBL, afirmam que estas funcionam como uma institucionalização do racismo, e que provoca mais discriminação racial, na medida em que transmitiriam a ideia de incapacidade dos (as) negro (as) de passar em concurso na ampla concorrência, e da dificuldade de determinar se a pessoa seria realmente negra e com direito a cota. Fernando Holiday, um dos líderes do MBL eleito vereador, pela cidade de São Paulo, pelo partido Democratas (DEM), em 2016, em uma entrevista, concedida a um canal da internet chamado "Fala! Universidade"⁷ disse:

Existem alguns tribunais raciais, como o da Secretaria de Combate Racial, para determinar quem é negro ou não. O critério é basicamente uma avaliação subjetiva baseada no tom da pele, tamanho do nariz, espessura da boca, etc. Algo semelhante ao que acontecia no nazismo e no *apartheid*.

O MBL defende as cotas sociais ao invés das cotas raciais, Fernando Holiday diz que as dificuldades de muitos (as) negros (as) entrarem nas universidades públicas estão no fato de que muitos (as) destes (as) são pobres e estudam em escolas públicas, e como estas são precárias, não conseguem oferecer uma boa formação aos seus estudantes o que dificulta que estes possam passar nestas universidades. Ele argumenta que:

Evidentemente a maior parte dos pobres são negros e segundo o IBGE, 51% da população hoje é negra. Então você acaba correlacionando as estatísticas, mas você sendo branco ou negro depende da educação pública, muito dificilmente será possível uma ascensão social ou ingresso no ensino superior. Neste sentido as cotas sociais conseguem abranger estas pessoas independentemente da cor da pele.

7 Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/cotas-bolsonaro-mbl-entrevista-fernando-holiday/>. Visto em: 05 jan. 2020.

Fernando Holiday, em um vídeo intitulado, “Dia da Consciência Negra: Não temos nada o que comemorar” publicado na página do MBL no Facebook, no dia 17 de novembro de 2017⁸, faz duras críticas as comemorações do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra e ao movimento negro, diz:

Hoje é dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra, o dia que pelo seu próprio conceito, simplesmente não deveria existir porque não existe uma consciência negra, branca ou parda, existe simplesmente uma consciência humana, a consciência que os cidadãos de bem devem ter quanto ao seu papel em sociedade, mas infelizmente o movimento negro não entende dessa forma, ele quer que os negros sejam tratados diferentes dos outros, sejam tratados como os melhores, sejam tratados como reis por conta de uma suposta dívida do passado, uma dívida que não existe, mas como se não bastasse isso, como se não bastasse um dia específico para a consciência dos negros, o dia 20 de novembro serve para homenagear uma figura, que na verdade, pouco conhecemos, o dia de hoje é para homenagear Zumbi dos Palmares (...)

Então, continua com suas duras críticas as comemorações do dia 20 de novembro, afirmando que Zumbi dos Palmares não deveria ser considerado um herói, e que seria sim “um herói de mentira”, “um falso libertador”, na medida em que, teria escravos nos quilombos em que comandava, e que ter escravos faria parte da cultura da época, assim como, fazia parte da cultura no continente africano também ter escravos negros. Termina seu vídeo falando que o Dia da Consciência Negra na verdade, celebra o racismo⁹.

Outro importante líder do MBL, e um dos seus fundadores, Kim Kataguirí, eleito Deputado Federal, pelo partido Democratas (DEM), em 2018, em vídeo publicado na página do facebook do MBL, além das argumentações defendidas por Fernando Holiday afirma que “as cotas raciais falharam no mundo todo e também falharam no Brasil” e faz duras críticas as argumentações, dos que defendem as cotas raciais, de que estas servem para “corrigir uma suposta injustiça sofrida pelos negros e reparar a população negra pelas décadas de racismo que sofreram e ainda sofrem”.¹⁰

Ele afirma que as cotas raciais levam a reafirmar e institucionalizar o racismo além de produzir a descrença de muitos na sociedade com relação aos profissionais formados por cotas raciais. Fala que o argumento da dívida histórica dos brancos com relação aos negros é falho, visto que segundo ele: “não foram todos os brancos senhores de escravos e não foram os europeus que introduziram a escravidão no continente africano”¹¹, visto que, a escravidão já

8 Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=1977753015796188>. Acesso em: 05 jan. 2020.

9 Idem.

10 Disponível em: https://web.facebook.com/watch/?v=1049693535154789&_rdc=1&_rdr. Acesso em: 05 jan. 2020.

11 Idem

existia neste continente, e a escravidão, inclusive de brancos já existia na Grécia e Roma Antigas, muitas vezes por dívidas de guerras. Também diz que os negros que conseguiam a sua libertação procuravam comprar outros negros para se tornarem seus escravos. Defende que Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, não deve ser considerado um herói nacional ou da população negra, pois este tinha vários escravos negros nos quilombos que comandava. Por fim, Kataguiri, defende as cotas sociais e a reforma do sistema público da educação brasileira para que segundo ele possa atender realmente aos pobres da sociedade brasileira¹².

4.2. Contra argumentações possíveis aos discursos do MBL

Com relação às argumentações do MBL, sobre as dificuldades da implementação das políticas de cotas nas universidades públicas, sabe-se que muito se têm discutido e muito ainda deve ser discutido, e que deve se reconhecer sim, que existem muitas problemáticas entorno desta questão, incluindo até mesmo fraudes, visto que a autodeclaração tem sido a opção de muitas universidades, mas que isso não nega a importância social que a política de cotas têm para os negros (as) brasileiros (as).

Possivelmente, poucos temas relacionados com a universidade e a vida acadêmica produziram tanta polêmica e discussão na sociedade brasileira nesses últimos anos quanto a política das cotas para negros no vestibular. Trata-se, na verdade, de um tema que traz para a opinião pública não somente às questões raciais e étnicas, que perpassam nossa formação histórica, mas também nos faz rever crenças e pressupostos que sustentam nossa identidade nacional (STEIL, 2006, p.7).

E mais:

A partir de 2002, o debate e a implementação de políticas de ação afirmativa com viés racial, com foco no sistema de cotas, estenderam-se por diversas universidades públicas, tanto estaduais quanto federais. Em sua ampla maioria, com regras variadas, foram definidos mecanismos centrados na autodeclaração dos candidatos (STEIL, 2006, p.21).

Muito se têm escrito sobre as políticas de ações afirmativas, porém, muitos analistas que se debruçam sobre o tema, dizem que, apesar de serem necessárias, pesquisas ainda mais

¹² Ibidem.

aprofundadas, o sistema de cotas trouxe muito mais pontos positivos do que negativos para a população negra brasileira e que muitas pesquisas apontam para um aumento substancial de mobilidade social de pessoas negras nos Estados Unidos e na Índia. Os dados também mostram que o desempenho de cotistas têm sido muito positivo e que a evasão de cotistas tem sido muito pequena, o que nega a argumentação da desconfiança dos profissionais formados pelas cotas. A argumentação de que a política de cotas é um fracasso no mundo todo, é no mínimo uma distorção da realidade (IBASE, 2008, p. 31-33).

O Movimento Negro defende que as cotas sociais para a população de baixa renda no Brasil são importantes, mas não atingem diretamente a população negra brasileira, visto que ela mascara as discriminações sofridas por pessoas negras nas escolas, reproduz na verdade o “racismo a brasileira”, que já foi explicitado anteriormente, mascara os mecanismos de exclusão racial na sociedade, sendo esse um dos fatores que mais reproduzem as desigualdades entre estudantes negros (as) e brancos (as).

As cotas raciais são uma conquista do movimento negro que há anos vêm denunciando as desigualdades sociais e raciais no Brasil, que defende ser necessário tratar de maneira diferenciada um grupo de pessoas que já vêm sofrendo desvantagens históricas na sociedade, sem oportunidades nas várias áreas: educação, saúde, emprego, moradia, entre outros para que se possam diminuir as desigualdades e garantir direitos iguais.

Assim como “a melhoria do ensino público da educação brasileira são altamente necessárias e muito importantes, mas têm um caráter universal e não atingem diretamente a população negra” (IBASE, 2008, p. 45-46).

A melhoria do ensino público já é apontada como necessária pelos mais diversos segmentos da sociedade, mas pouco foi proposto e, menos ainda, elaborado nesse sentido. Apesar de acreditarmos que essa melhoria se faz necessária e será positiva para toda a sociedade, já vimos também que mesmo as políticas e os serviços públicos de caráter universal, ou seja, voltados a toda a população, não são capazes de acabar com as diferenças de acesso que persistem entre pessoas negras e brancas. Queremos sim, a melhoria das escolas públicas, mas o Estado precisa fazer valer uma medida que ajude a diminuir essa diferença (IBASE, 2008, p. 45-46).

Serão colocadas aqui duas importantes citações do sociólogo, Edward Eric Telles (2003), sobre o que Kim Kataguiri, argumenta a respeito da reparação de “uma suposta injustiça sofrida pelos negros e reparar a população negra por décadas de racismo que sofreram e que ainda sofrem”:

A recente incursão do governo brasileiro na implementação de ações afirmativas representa a primeira vez que se fez uso da política pública para promover explicitamente – e não para subordinar – a população negra. No passado, as políticas escravagistas e de imigração ajudaram a criar uma desigualdade racial que persiste até hoje; as políticas de ação afirmativa buscam reverter este quadro (TELLES, 2003, p.272).

E mais:

O objetivo da ação afirmativa é reduzir a desigualdade racial e aliviar os seus sintomas. No Brasil, isto requer que sejam atacadas as três maiores barreiras à verdadeira democracia racial: a hiper desigualdade, as “barreiras invisíveis” e a cultura racista. Se o governo brasileiro deseja fazer uma diferença significativa na maioria dos pretos e pardos, necessita desenvolver um conjunto de políticas que combinem políticas sociais universalistas de desenvolvimento para reduzir a hiper desigualdade existente no país com a ação afirmativa de natureza racial, que possa anular as barreiras invisíveis e minorar a cultura racista (TELLES, 2003, p.274).

Com relação à escravidão, podemos afirmar que sim, ela era comum e utilizada desde a Antiguidade da África. Muitos fatores levavam uma pessoa a se tornar escravizada, guerras vizinhas, filhos (as) de mães escravas e não resgatados (as), castigo imposto pela quebra de normas grupais, perigo de vida dentro do grupo que poderia levar ao pedido de proteção de outra linhagem e a chamada escravidão voluntária (NASCIMENTO, 1985, *apud* RATTZ, 2006, p.121).

No entanto, os líderes do MBL, não levam em consideração o “caráter de propriedade que esta tinha no sistema escravagista colonial no Brasil”, e o caráter estruturante que a escravidão com este “caráter de propriedade”, teve em toda a sociedade brasileira durante muitos anos de sua história, e que o racismo tem até os dias de hoje (NASCIMENTO, 1985 *apud* RATTZ, 2006, p.121). As pessoas negras escravizadas aqui no Brasil diante do caráter de propriedade eram consideradas como “mercadorias” pelos comerciantes e como “coisas” pelos seus senhores, eram tratados como “seres inferiores” perdiam a sua dignidade, a sua humanidade, não tinham o *status* de pessoas e eram violentamente maltratadas, sofrendo vários castigos, açoites, torturas e estupros.

Para Fanon, citado por Vera Maria Candau e Luis Fernandes em artigo intitulado “Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil” nos fala que “não basta ao colonizador limitar fisicamente o colonizado, com suas polícias e seus exércitos, o espaço do colonizado. Assim, para ilustrar o caráter totalitário da exploração colonial, o colonizador faz do colonizado a quintessência do mal. A sociedade colonizada não somente

como uma sociedade sem valores, mas como inimigo dos valores, sendo assim o mal absoluto, elemento corrosivo de tudo que o cerca, elemento deformador, capaz de desfigurar tudo que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas (FANON, 2003 *apud* CANDAU; FERNANDES, 2010, p.22-23). Assim, a colonialidade do ser é pensada, portanto, como a negação de um estatuto humano para africanos e indígenas, por exemplo, na história da modernidade colonial (CANDAU; FERNANDES, 2010, p. 22)

Com relação às críticas, que os líderes do MBL, fazem a Zumbi dos Palmares como “um herói de mentira”, pelo fato da possibilidade dele ter escravos no interior dos quilombos que comandava, e conseqüentemente as comemorações do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra em sua homenagem, faremos a seguinte citação de Beatriz Nascimento, levando em consideração às práticas da escravidão no continente africano e ao fator da chamada “escravidão voluntária”:

Frente a este último fator, o quilombo sendo uma instituição de homens egressos da escravidão colonial ou em perigo frente a esta, cujos laços estavam baseados em condições extraordinárias, poderia perfeitamente fazer uso destes mecanismos tradicionalmente conhecidos e suportar no seu interior a prática da escravidão (NASCIMENTO, 1985 *apud* RATTZ, 2006, p. 121).

Em relação, as críticas que os líderes do MBL, fazem ao Dia da Consciência Negra como um todo e segundo eles como um dia de celebração do racismo, devemos dizer que o Movimento Negro Unificado, de acordo, com Petrônio Domingues (2007, pp. 100-122), orientou o dia 13 de maio como dia nacional da denúncia contra o racismo e o dia 20 de novembro passou a ser o Dia da Consciência Negra, dia que além de comemorar Zumbi dos Palmares, trás para o debate na sociedade brasileira, às necessidades de luta contra o racismo e de denúncia às desigualdades raciais que sofre a população negra em todo o país (DOMINGUES, 2007, p.115).

Não basta uma consciência humana para combater o racismo, para que as mentes das pessoas deixem de ser preconceituosas, como nos diz Kabengele Munanga (2005, p.18-19):

Aqui está o grande desafio da como estratégia de luta contra o racismo, pois não basta lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosa. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si só o imaginário e as representações negativas que se tem do negro e do índio na nossa sociedade.

Em entrevista concedida em 21 de novembro de 2007, ao site Educação Pública do CECIERJ¹³, intitulada “A valorização do negro para uma sociedade menos desigual”, a cientista social do IBASE, Cristina Lopes¹⁴ afirma que o Dia da Consciência Negra, traz a reflexão para a nossa sociedade das demandas, apontadas pelo movimento negro, e de outras organizações engajadas nas lutas antirracistas. E que o Dia da Consciência Negra deve ser um data de reflexão e de cobranças de toda a sociedade dos direitos da população negra e que as concentrações das discussões no mês de novembro deveriam se estender para o resto do ano.

Para Cristina Lopes, as lutas contra o racismo e as desigualdades raciais são de fundamental importância para a construção de um país mais justo e democrático. Cristina Lopes nos fala da necessidade de se cobrar o cumprimento da Lei 10639/2003 para que possamos construir uma ressignificação do ensino brasileiro, apresentando o importante papel que a população negra teve na construção da sociedade brasileira.

E sobre as ações afirmativas, faremos uma citação de Nilma Lino Gomes (2018, p.114):

Nunca as universidades, os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como pelo atual momento de luta pelas ações afirmativas. Tais ações afirmativas tocam. De maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder. Seja para confirmá-las, seja para refutá-las, a universidade passou a dedicar parte do seu tempo a perceber que os jovens negros existem, que grande parcela deles não está presente nos bancos das universidades públicas e que eles lutam pelo direito de entrar nesse lugar e partilhar desse espaço de produção de conhecimento.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa na sociedade brasileira, quando traz o debate sobre o racismo para a cena pública e indaga sobre as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais. (GOMES, 2018).

Segundo ela, “esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante” (GOMES, 2018, p.21).

Importante destacar que, o trabalho de pesquisa ao trazer para a análise as argumentações do MBL sobre as ações afirmativas e sobre as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, visou trazer para a reflexão a importância das ações afirmativas para a

13 CECIERJ – Fundação Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro, promove projetos nas áreas de educação superior à distância e divulgação científica.

14 Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0367.html>. Visto em: 05 jan. 2020.

população negra e para toda a sociedade e sobre o papel da escola no combate ao racismo e no respeito às diferenças.

5. O MOVIMENTO NEGRO E A LUTA PELA CONQUISTA DA LEI 10639/03, DAS COTAS RACIAIS E DO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Como foi dito no primeiro capítulo, quando os líderes do MBL dizem que as ações afirmativas são frutos de interesses de políticos demagogos em busca de voto, baseando-se nesta argumentação muitos alunos e alunas da dita escola, afirmavam que as ações afirmativas seriam uma espécie de “esmola” concedida pelos governos. Assim, neste terceiro capítulo, a pesquisa buscou reafirmar que as ações afirmativas não são “esmolas” de governos demagogos, mas sim são resultados de muitas lutas de várias organizações do movimento negro ao longo da história

do Brasil, verdadeiro protagonista no enfrentamento das discriminações raciais que vêm sofrendo a população negra ao longo da história do Brasil.

O Movimento Negro foi o verdadeiro protagonista na conquista da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em todas as escolas do Brasil, que possibilitou importantes conquistas para a valorização da história, cultura e identidade negra. Foi o ator principal nas conquistas das cotas raciais para as universidades, que possibilitaram um maior acesso da população negra na educação brasileira, principalmente no nível superior. Foi o personagem principal no êxito do Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, dia do possível assassinato de Zumbi dos Palmares, líder de Palmares, o maior quilombo da história do Brasil e considerado por várias lideranças do Movimento Negro brasileiro, como um símbolo da resistência do povo negro no país, substituindo as comemorações do dia 13 de maio, dia da abolição da escravidão. Como diz Petrônio Domingues (2007, p.114-115):

O 13 de maio, dia da comemoração festiva da abolição da escravatura, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data da celebração do MNU¹⁵ passou a ser o 20 de novembro (dia da possível morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como o Dia Nacional da Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo de resistência à opressão racial. Para os ativistas. Zumbi ainda vive, pois a luta não acabou. O movimento negro organizado, com suas reivindicações específicas, adquiriu certa visibilidade pública.

As ações afirmativas foram como já foi dito acima, resultado de lutas históricas, de várias gerações do Movimento Negro no combate ao racismo sofrido pela população negra, não só contemporâneas, mas de longas datas na história do Brasil.

A Frente Negra Brasileira (FNB), criada em São Paulo em 1931 e Teatro Experimental do Negro (TEN), criado no ano de 1944, duas das mais importantes organizações do movimento negro na primeira metade do século XX, já tinham como estratégia a educação como instrumento de reavaliação da participação da população negra na história do Brasil, da educação como importante instrumento de valorização da história, cultura e identidade negra, então tinham escolas nas suas dependências com o intuito de ensinar e instruir as pessoas negras, a partir desta perspectiva (PEREIRA, 2012 *apud* PEREIRA, 2017, p. 25).

E Petrônio Domingues (2007, p.105-106) também traz informações importantes sobre a história de lutas do movimento negro, falando sobre a Frente Negra Brasileira, e diz:

15 MNU - Movimento Negro Unificado.

Na década de 1930, o movimento negro deu um salto qualitativo, com a fundação em 1931 da Frente Negra Brasileira (FNB), considerada a sucessora do Centro Cívico Palmares, de 1926. Estas foram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas.

E mais:

Pelas estimativas de um de seus dirigentes, a FNB chegou a superar os 20 mil associados. A entidade desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como de publicar um jornal, o *A Voz da Raça*.

Petrônio também fala do Teatro Experimental do Negro:

Outro agrupamento importante foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha Abdias do Nascimento como sua principal liderança. A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente do TEN adquiriu um carácter mais amplo: publicou o jornal *Quilombo*, passou a oferecer cursos de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país (DOMINGUES, 2007, p. 109).

Vale a pena destacar aqui outras organizações do Movimento Negro, além da Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN), que se construíram em meados do século XX, e que tiveram uma participação importante no enfrentamento do racismo e nas conquistas políticas para a população negra.

Além deles, articulou-se o Conselho Nacional das Mulheres Negras, em 1950. Em Minas Gerais, foi criado o Grêmio Literário Cruz e Souza, em 1943; e a Associação José do Patrocínio, em 1951. Em São Paulo, surgiram a Associação do Negro Brasileiro, 1945, a Frente Negra Trabalhista e a Associação Cultural do Negro, em 1954, com inserção no meio negro mais tradicional. No Rio de Janeiro, em 1944, ainda veio ao lume o Comitê Democrático Afro-Brasileiro – que defendeu a convocação da Assembleia Constituinte, a Anistia e o fim do preconceito racial -, entre dezenas de outros grupos dispersos pelo Brasil (DOMINGUES, 2007, p.110).

“É importante salientar que nesse período o Movimento Negro teve atuação importante nos fóruns de decisões da educação, reivindicando a inclusão de negros na escola pública” (GOMES, 2018).

A ditadura militar instaurada no Brasil, a partir de 1964, causou problemas sérios para o Movimento Negro, desarticulando toda luta contra o racismo no Brasil e o próprio Movimento Negro (DOMINGUES, 2007, p.111):

O golpe militar de 1964 representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ela desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil.

“Com a abertura do regime militar em 1974 muitas organizações do movimento negro foram criadas em vários estados brasileiros, entre elas e de extrema importância para a militância foi à criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em julho de 1978 em São Paulo, (PEREIRA, 2017, p.17).

Com uma perspectiva revolucionária de esquerda, lutando pela construção de uma *nova* sociedade, articulando ‘raça’ e ‘classe’ na luta contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, a criação do MNU tornou-se um marco na constituição do que chamamos de movimento negro contemporâneo...” (PEREIRA, 2017, p.17).

Apesar de não ter conseguido *unificar* a luta contra o racismo, o MNU, teve representantes em todos os estados brasileiros e foi fundamental na construção de perspectivas teóricas e estratégicas de organização e mobilização, como sendo estímulo para inúmeras organizações do movimento social negro, que surgiram depois em todo o Brasil. Em sua *Carta de princípios do MNU*, elaborada em 1978, já expunha algumas reivindicações que se tornariam fundamentais para a organização do movimento negro em todo o país. (PEREIRA, 2017, p.17). O que é possível ser verificado também em artigo de Petrônio Domingues (2007, p.112):

A reorganização política da pugna anti-racista apenas aconteceu no final da década de 1970, no bojo do ascenso dos movimentos populares, sindical e estudantil. Isto não significa que – no interregno de recrudescimento da ditadura – os negros não tenham realizado algumas ações. Em São Paulo, por exemplo, em 1972, um grupo de estudantes e artistas formou o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN); a *Imprensa Negra*, por sua vez, timidamente deu sinais de vida, com os jornais *Árvores das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano/SP, e *nagô* (1975), em

São Carlos/SP. Em Porto Alegre, nasceu o Grupo Palmares (1971), o primeiro país a defender a substituição das comemorações do dia 13 de Maio para o 20 de Novembro. No Rio de Janeiro, explodiu no interior da juventude negra, O *Soul*, depois batizado de *Black Rio*. Nesse mesmo estado foi fundado o Instituto de Pesquisas de Culturas Negras (IPCN), em 1976. Entretanto, tais iniciativas, além de fragmentadas, não tinham um sentido político de enfrentamento com o regime. Só em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), têm-se a volta à cena política do país do movimento negro organizado.

Durante o processo de redemocratização após a ditadura militar, no Brasil, nos anos de 1980, houve um crescimento muito grande do movimento social negro brasileiro, principalmente no ano de 1988, como nos diz Amilcar Pereira (2017, p.25), “centenário da abolição da escravidão, quando centenas de manifestações foram realizadas por organizações do movimento negro em todo o país”. Esse crescimento do Movimento Negro é que vai possibilitar nas próximas décadas várias conquistas para a população negra brasileira, principalmente na educação.

O Movimento Negro que já entendia a educação como um poderoso instrumento de combate ao racismo, passa neste momento dos anos de 1980, a perceber como real e a adotar de maneira radical a luta pelas ações afirmativas, como a luta pela conquista das cotas raciais para o ingresso de negros (as) nas universidades públicas brasileiras (GOMES, 2018).

Neste momento histórico dos anos de 1980 ao perceber como real a possibilidade da adoção de políticas de ações afirmativas para a população negra, vai acontecer uma mudança de perspectivas no Movimento Negro que passa a adotar várias estratégias de luta para a sua conquista, “muitas vezes articulando com o próprio Estado, seja no âmbito municipal, estadual ou federal bem como com partidos políticos e organizações da sociedade civil” (PEREIRA, 2017, p.15).

Deste modo, muitas destas lideranças passaram a fazer parte de vários órgãos e secretarias de promoções étnico-raciais em todo o país, como é o caso de Hédio Silva Júnior¹⁶, que fez parte do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em São Paulo, e foi presidente da Convenção Nacional do Negro, realizada em Brasília. Que relata a importante experiência que teve na sua participação no Conselho para uma mudança de

16 Hédio Silva Júnior foi um militante do movimento negro em São Paulo desde a década de 1980. Integrou o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo em 1986 e foi Presidente da Convenção Nacional do Negro, também no ano de 1986, realizada em Brasília. Foi assessor especial de Cidadania e Direitos Humanos da prefeitura de São Paulo entre os anos de 1991 e 1992 (PEREIRA, 2017, p.15). 17

A professora Dr. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva é uma liderança do Movimento Negro de São Paulo, é professora emérita da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) nas áreas de ensino-aprendizagem e de relações étnico-raciais, na condição de professora sênior, junto ao Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas do Centro de Educação e Ciências Humanas. É conselheira, na condição de notório saber, do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial e foi Conselheira da Fundação Cultural Palmares (PEREIRA, 2016, pp.16-17)

perspectiva da militância negra, da perspectiva de esquerda de uma revolução global, ou seja, de uma mudança radical das estruturas da sociedade brasileira, para uma militância que buscasse atender as demandas imediatas e cotidianas da população negra. Ele relata sua angústia e calma diante da perspectiva de que as ações afirmativas seriam revolucionárias que a militância do movimento negro, estava fazendo uma revolução no Brasil (PEREIRA, 2017, p.15)..

Como também foi o caso da professora Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva¹⁷, “que foi indicada pelo movimento negro para ser a primeira pessoa negra a fazer parte do Conselho Nacional de Educação (CNE)” (PEREIRA, 2017, p.16), e que redige o próprio documento oficial para a inclusão da Lei 10639/2003 nas Diretrizes Curriculares Nacionais:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área de educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, de reconhecimento e de valorização de sua história e identidade. Trata, ele, de política curricular, fundadas em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial–descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para integrarem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (Brasil, 2004, p. 10, *apud* PEREIRA, 2017, p.16).

“Esta mudança de perspectiva para novas estratégias de atuação, teriam se aprofundado na década de 1980, com a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1984” (PEREIRA, 2017, p.17), e nos traz em seu artigo, o relato de Ivair Alves dos Santos¹⁸, que diz em sua entrevista que o Conselho foi o primeiro órgão criado por um governo para combater a discriminação racial e fazer políticas públicas, avançar com as pautas de reivindicações do movimento negro contra o racismo no trabalho, na educação e nas diferentes áreas e possibilitar a interlocução com diferentes setores da sociedade. (PEREIRA, 2017, p.17)

Amilcar (2017, p.20), traz em seu artigo, também, a entrevista do ativista Hélio Santos¹⁹, que foi o primeiro presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, que relata que “as experiências do Conselho se espalharam para o Rio Grande do Sul, para o Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia e que a ideia principal do Conselho era a de todos que participavam do Conselho, eram membros da sociedade civil

em conjunto com membros do Estado, gerenciando políticas específicas para a questão racial” (PEREIRA, 2017, p.20).

O depoimento de Luiza Barros²⁰ (PEREIRA, 2017, pp.20-21), uma ativista do movimento negro desde a década de 1970 e líder do MNU até 1995, que ocupou o cargo de ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), de 2011 a 2014, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, segundo ela o MNU teve que se reinventar com a saída de vários militantes, o

18

Ivaír Augusto Alves dos Santos, formado em química pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em 1974, mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UNB). Trabalhou em Angola, entre 1979 e 1983, como consultor da UNESCO para o desenvolvimento do ensino de ciências naquele país. Foi um dos fundadores do Conselho de Participação da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, em 1984. Foi assessor da Secretaria de Cidadania e Justiça do Ministério da Justiça e representou este ministério no Grupo de Trabalho interministerial para a Valorização da População Negra de 1995 a 1996 e foi secretário executivo do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República.

19

Hélio Santos é formado em Contabilidade e em Administração de Empresas pela Faculdade Municipal de Ciências Econômicas de Belo Horizonte (FAMCE), mestre em Finanças e doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Foi um dos fundadores e primeiro presidente do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Foi o único negro a fazer parte da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, em 1986. No ano de 1995 passou a fazer parte do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), atualmente é presidente do Conselho do Conselho Deliberativo do Baobá, fundo para a equidade racial (PEREIRA, 2017, p.19).

20

Luiza Barros foi formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutoranda pela Michigan State University, EUA. Ela foi militante do Movimento Negro Unificado (MNU) desde 1979, organização da qual foi coordenadora nacional entre 1991 e 1993. Luiza Barros chegou a ocupar o cargo de ministra da SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República) por quatro anos, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff (2011-2014), sendo a principal responsável por toda a articulação em torno de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito do governo federal, dialogando com todos os ministérios e com a sociedade civil (PEREIRA, 2017, p.21).

movimento partiu para novas estratégias de intervenções na luta contra o racismo, Para ela o movimento negro já havia feito todas as denúncias que lhe foram possíveis até então, caberia ao Estado assumir a sua parcela de responsabilidade no combate ao racismo no Brasil.

Amílcar Araújo Pereira (2017, p.23-24), traz também e não menos importante, em seu artigo o depoimento de Edson Cardoso, liderança do movimento negro em Brasília, que relata a sua atuação, na aprovação da Lei, como chefe do gabinete do deputado federal Florestan Fernandes (PT-SP) entre 1992 e 1995 e do deputado federal negro Ben-Hur Ferreira (PT-MS) entre 1999 e 2000 e entre 2002 e 2003. Edson Cardoso relata sobre o processo de construção, tramitação e aprovação da Lei 10639/2003 pelo então recém-eleito presidente Luis Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), em nove de janeiro do ano de 2003.

Edson Cardoso relata que, trabalhando no gabinete do deputado federal Ben-Hur (PTMS), desarquivava juntamente com este, um projeto do movimento negro de Pernambuco, que introduzia História da África nos currículos de todas as escolas brasileiras, que havia sido entregue ao deputado federal Humberto Costa (PT-PE) e que já havia sido aprovado na Comissão de Educação, mas que foi arquivado na medida em que Humberto Costa não havia sido reeleito deputado federal, naquele ano, relata que várias tentativas foram feitas ao longo dos anos para introduzir na educação brasileira a história e cultura africana e história e cultura afro-brasileira (PEREIRA, 2017, p. 23-24).

Cabe destacar que as políticas de ações afirmativas fazem parte das discussões internas desse movimento social desde os tempos de atuação política de Abdias do Nascimento (1914-2011) e, paulatinamente, passaram a ocupar um lugar de destaque na sua pauta de reivindicações. (GOMES, 2018, p. 35).

As mudanças de perspectivas do Movimento Negro, levou várias lideranças a ocuparem espaços estratégicos dentro do Estado brasileiro, seja em secretarias, conselhos e até ministérios, que provocou uma pressão para a implementação de políticas de ações afirmativas principalmente na educação, trazendo para a cena política a questão da raça, levando a sociedade brasileira a discutir as questões étnico-raciais, obrigando o Estado a tomar providências com relação às demandas da população negra. Toda essa movimentação trouxe nos anos 2000 importantes conquistas, diante das demandas raciais, neste momento é que ocorre a promulgação da Lei 10.639/2003, as políticas das cotas raciais para o ingresso de negros nas universidades públicas e o do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra, como um feriado nacional, o que tornou possível uma série de atividades nas escolas em comemoração a data e de combate ao racismo (GOMES, 2018).

O presidente, Jair Bolsonaro, no primeiro ano de seu mandato em 2019, encaminhou várias medidas conservadoras para o país, muitas delas levando a preocupação diretamente a população negra brasileira, e conseqüentemente o Movimento Negro. Mas o Movimento Negro, como ficou claro neste pequeno esboço no trabalho de pesquisa, já passou por muitas dificuldades em sua trajetória histórica de lutas e por isso mesmo, certamente continuará a sua caminhada de enfrentamento e resistência contra o racismo na sociedade brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da presente pesquisa várias conclusões puderam ser tiradas, o fato dos alunos (as) da referida escola, terem procurado deslegitimar os trabalhos do Dia da Consciência Negra, estava ligado ao racismo ainda presente na sociedade brasileira, e também devido ao racismo religioso, com relação às religiões de matrizes africanas por professarem a fé em religiões pentecostais e neopentecostais, que “demonizam”, principalmente o candomblé e a umbanda. Na maioria dos seus discursos reproduziam o “mito da democracia racial”, e o “racismo à brasileira”.

Muitos professores (as), da escola, assim como, muitos professores do país, estão despreparados para lidar com o racismo não têm devido entendimento da relevância da Lei

10.639/2003, ou seja, da importância dos estudos da história e cultura africana e da história e cultura afro-brasileira.

Muitos estudantes estavam politicamente alinhados com movimentos sociais conservadores e extremistas, que atuam no cenário político e nas redes sociais com um número muito grande de seguidores, que negam qualquer política de promoção social das minorias da sociedade brasileira (a população negra, as mulheres, os LGBTQ+ e os indígenas). E consideram adversários quaisquer organizações políticas progressistas que lutem por políticas de promoção sociais, como partidos de esquerda, movimento feminista, movimento LGBTQ+, movimentos indígenas e o movimento negro.

Pôde-se verificar também que estes movimentos sociais, incluindo aí o MBL entre outras situações políticas, tiveram uma participação importante no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, do PT e, também na eleição do atual presidente da República, conservador extremista, Jair Bolsonaro, eleito pelo Partido Social Liberal (PSL), nas disputas eleitorais de 2018. E que atualmente as suas decisões políticas têm afetado as populações mais vulneráveis e preocupado movimentos progressistas como o Movimento Negro.

A pesquisa ao se deparar com os discursos do MBL pôde constatar que as políticas universalistas propostas por este, não atendem as demandas específicas da população negra que sofre com o racismo existente na sociedade brasileira. E que os argumentos utilizados por este contra as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra não têm a devida consistência e nem as comprovações históricas e científicas que os temas merecem.

Através da pesquisa pôde-se constatar que o Movimento Negro é o verdadeiro protagonista das lutas históricas de combate ao racismo presentes na sociedade brasileira, é o verdadeiro protagonista das conquistas das ações afirmativas, entre outras na educação, como a Lei 10639/2003, as cotas raciais e o Dia da Consciência Negra que esse movimento social segue nas suas lutas contra o racismo e contra as discriminações raciais que atingem a população negra e é um verdadeiro exemplo para educadores (as) de todo o país.

Pôde-se concluir, também, através da pesquisa da emergência de uma escola que seja um verdadeiro instrumento de combate ao racismo e de todas as formas de discriminação racial. Para tanto, é preciso que se reformule a formação dos professores(as), para que estes recebam uma formação crítica das relações étnico-raciais presentes em nossa sociedade, assumindo que o racismo existe na sociedade brasileira e também nas escolas brasileiras. Que sejam reformulados os currículos de muitos cursos universitários no sentido de que os professores (as) possam receber conhecimentos sobre a história e cultura africana e história e cultura afro-

brasileira. Que recebam, deste modo, uma formação não eurocêntrica, mas sim uma formação decolonial, ou seja, que possam fazer uma operação teórica que privilegie e legitime a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo “outro”, não-ocidental.

Concluiu-se também, com a pesquisa a extrema necessidade da construção de uma articulação da escola com o Movimento Negro e com outras organizações que atuam na lide de enfrentamento ao racismo, para que os educadores (as) possam cumprir o papel também de combatentes do racismo na sociedade brasileira. E dessa forma a escola se transforme num espaço democrático e plural, que todos que atuam nela saibam trabalhar com a diversidade em seu interior, e que contribuam também para a construção de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária garantindo o direito para todos, incluindo as populações negras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em 29 jan. 2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; OLIVEIRA, Luiz. Fernandes. Pedagogia Decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Minas Gerais, v.26, p.15-40, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 34, n. 67, 2014, pp. 251-281.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo (online), 2007, vol. 12.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Edições MEC/BID/ UNESCO, 2005. p.146-151.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Cotas, por que sim? 3. Ed. Rio de Janeiro: Ibase, 2008.

CUNHA, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira.** Rio de Janeiro: CeaP, 2010.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Edições MEC/BID/ UNESCO, 2005, pp. 18-19..

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza, Imprensa Oficial, 2006. p.119-122.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Mundo Negro: Relações Raciais e Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas / FAPERJ, 2013.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O Movimento Negro Brasileiro e a Lei Nº 10.639/2003: da criação aos desafios para a implementação.** Revista Contemporânea da Educação (Faculdade de Educação da UFRJ), Rio de Janeiro, vol. 12, n.23, p.13-30, 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O Que é o Racismo?** 1ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. Coleção Primeiros Passos.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: entenda como e por que você foi enganado.** Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STEIL, Carlos Alberto. **Cotas Raciais na Universidade: um debate.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica.** Tradução: Ana Arruda Callado, Nadieda Rodrigues Marques e Camila Olsen. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

ANEXO A PLANEJAMENTO DE AULA: “O MOVIMENTO NEGRO E AS AÇÕES AFIRMATIVAS”

Plano de Aula ou de Material

Disciplina: Sociologia

Professor: Paulo César

Nível de ensino: Ensino Médio

Ano/Série: 2º ano / Formação Geral

Duração: 100 minutos

Tema da aula: O Movimento Negro e as Ações Afirmativas

Problema:

As ações afirmativas foram dadas ou conquistadas?

Objetivos Gerais:

Apresentar ao educando do segundo ano do Ensino Médio, o Movimento Negro enquanto um importante movimento social no Brasil e a importância da sua luta para a conquista das cotas raciais e do feriado do dia 20 de novembro Dia da Consciência Negra, permitindo uma reflexão sobre o tema, de forma que eles possam alcançar a dimensão política que nele está presente de enfrentamento ao racismo, assim como a refletir sobre a conquista da Lei 10.639/2003 e o que ela representa para a valorização da história e da cultura Africana e afro-brasileira.

Objetivos Específicos:

- Conceituar movimentos sociais.
 - Conceituar direitos civis, políticos e sociais.
 - Apresentar o Movimento Negro para os alunos (as) com enquanto um importante movimento social brasileiro.
 - Proporcionar aos alunos o entendimento da importância das ações afirmativas como um relevante instrumento de combate ao racismo, de construção de identidades e de valorização dos negros no Brasil.
 - Oportunizar aos estudantes alcançar a dimensão de que as ações afirmativas, não são apenas e somente o pagamento de uma dívida histórica com os afrodescendentes, mas sim um instrumento da tentativa de diminuir o grande abismo das desigualdades que existem entre brancos e negros no Brasil.
- Viabilizar o entendimento de que brancos e negros devem ter os mesmos direitos civis, políticos e sociais.

Conceitos / Noções:

Movimento social, Movimento Negro, direitos humanos, cidadania, racismo, preconceito, discriminação, políticas públicas, ação afirmativa.

Conteúdos didáticos:

Racismo, cidadania, direitos humanos, movimentos sociais.

Procedimentos e Estratégias:

Primeiro momento: Assistir ao vídeo “Novos movimentos sociais” do blog Café com Sociologia.

Segundo momento: Reflexão e debate sobre o vídeo.

Terceiro momento: Apresentação do texto: “Breve histórico dos Direitos Humanos”, texto que está nas orientações curriculares para o ensino de sociologia da Secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro.

Quarto momento: Apresentação através de slides do Movimento Negro no Brasil e de suas lutas históricas contra o racismo, pela construção das ações afirmativas para a população negra brasileira.

Quinto momento: apresentação, através de slides, da importância das ações afirmativas para os negros como um instrumento de combate ao racismo e da construção das identidades negras e da valorização dos negros no Brasil.

Sexto momento: Avaliação Recursos didáticos:

Data show, som, quadro branco, textos, slides, documentário, imagens, desenho, pintura.

Avaliação:

Os alunos se dividirão em grupos de cinco componentes, onde irão conversar sobre tudo que foi trabalhado em sala de aula e, em seguida, farão a produção de um texto relatando o que foi trabalhado em cada momento da aula e o que foi acrescentado para a valorização de políticas públicas e ações afirmativas como as cotas raciais e dos movimentos sociais como o negro no combate das desigualdades sociais.